



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 7.557/2017

Apresentado pelo Vereador: Fagner Fernandes

EMENTA: Regulamenta a entrada e permanência de animais domésticos nos parques ecológicos do município de Caruaru-PE.

TEMA 1 – Política Pública

TEMA 2 – Meio Ambiente

1. RELATÓRIO

Trata-se de um Projeto de Lei de autoria do nobre vereador *Fagner Fernandes*, o qual regulamenta a entrada e permanência de animais domésticos nos parques ecológicos do município de Caruaru-PE.

O projeto tem por escopo instituir normas municipais quanto à utilização dos parques públicos pelos cidadãos e seus animais de estimação. A regulamentação legal é uma forma de racionalizar o uso dos parques, principalmente no tocante a segurança dos usuários, higiene e manutenção do ambiente e acesso a áreas de lazer, beneficiando proprietários e animais domésticos.

Devidamente justificada, a propositura legislativa foi encaminhada a assessoria da Comissão de Legislação e Redação de Leis, para que, nos termos do art. 91 do Regimento Interno e art. 44 da Lei Orgânica do Município (LOM), seja emitido o devido parecer quanto aos aspectos Constitucionais, legais e jurídicos relativos ao projeto apresentado.

É o relatório.

Passo a opinar.

2. ANÁLISE

2.1 – Do Prazo Legal.

O projeto de lei foi apresentado na supervisão legislativa no dia 08 de agosto de 2017, considerando o prazo legal do art. 247 do Regimento Interno, o *dies ad quem* aconteceria em 07 de outubro de 2017, pronunciando-se a Comissão em tempo hábil.

2.2 – Da Competência.

A análise minuciosa do PL demonstra claro interesse local a permear a matéria. Regulamentar, por lei, a entrada de animais nos espaços públicos é ação de segurança e de atuação coadjuvante nas posturas municipais, tudo com fulcro no art. 5º, inciso I, da LOM.

Art. 5º - Ao Município de Caruaru compete:
I – legislar sobre assuntos de interesses locais

Além do mais, não se observa matéria tratada como sendo reservada a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, ou seja, o projeto de lei em estudo não envolve servidores públicos, estrutura administrativa, leis orçamentárias, geração de novas despesas ou leis tributárias benéficas, vide art. 131 do Regimento Interno:

Art. 131 – É da **competência exclusiva do Prefeito** a iniciativa das leis que:
I – disponham sobre matéria financeira, tributária, orçamentária e plano plurianual, assim como as que versem sobre alienação de bens imóveis, concessão de direito de uso, e concessão e permissão de serviços públicos;
II – criem, transformem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, fundações, autarquias e empresas públicas mantidas pelo Poder Executivo;
III – disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
IV – tratem de criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;
V – fixem ou aumentem remuneração dos servidores do Poder Executivo, respeitado o princípio da isonomia.
Parágrafo único – Aos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que resultem em aumento de despesas, ressalvadas as emendas aos projetos de lei do orçamento anual e de créditos adicionais, desde que:

- I – indiquem os recursos necessários, admitidos somente os resultantes de anulação de despesas da mesma natureza, excluídos os que incidam sobre dotação para pessoal e seus encargos;
- II – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles ensina que: *São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; o regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental.* (Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, São Paulo, Malheiros Editores, 2014, p. 607).

Dito isto, a simples leitura do PL 7.557/2017, remete obrigações apenas aos particulares, no sentido do uso obrigatório de coleiras, de guias, recolhimento de fezes e presença de um adulto responsável, vide art. 1º do PL:

Art. 1º Passa ser permitida a entrada e a permanência de animais domésticos nos parques ecológicos do município de Caruaru desde que observadas as seguintes condições:

- I – O animal deve estar acompanhado de pessoal responsável maior de 18 anos**
- II – O animal deve ser conduzido por seu dono através de guia, devidamente presa;**
- III – Animais de grande porte que representem risco devem estar de focinheira;**
- IV – O dono do animal deve colher às fezes do mesmo**

No caso em estudo, não se observa violação ao princípio da separação dos poderes porque a matéria em comento, conforme legislação supracitada, não faz parte do rol exclusivo do Prefeito. Por conseguinte, os arts. 19, §1º, inciso VI, 37, inciso II, 76 e 79 da Constituição Estadual, e o artigo 84, incisos II e VI, da CF/88, estão devidamente salvaguardados.

No ponto, o projeto de lei versa sobre tema de interesse geral da população, sem relação com matéria estritamente administrativa, razão pela qual pode decorrer de iniciativa parlamentar. O PL 7.557/17 se insere na competência do Poder Legislativo por ser matéria comum ou concorrente, não havendo que se falar, frise-se mais uma vez, em exclusividade reservada ao Poder Executivo.

Nessa toada, o Supremo Tribunal Federal, em decisão publicada em setembro de 2016, em Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 878.911 do Estado do Rio de Janeiro, assentou o seguinte entendimento:

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.911 RIO DE JANEIRO. RELATOR MIN: GILMAR MENDES. RCTE. (S): CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. ADV. (A/S): JOSÉ LUIS GALAMBA MINC BAUMFELD E OUTRO (A/S) RECD. (A/S): PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. ADV (A/S): ANDRÉ TOSTE. Recurso extraordinário com agravo. Repercussão Geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de Câmeras de Monitoramento em escolas e cercanias. **3. Inconstitucionalidade formal. Vício de Iniciativa. Competência do Poder Executivo Municipal. Não Ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. Recurso Extraordinário provido.

Portanto, é de se reconhecer que o projeto de lei não adentra em matéria de cunho eminentemente administrativo, situação que levaria a veto específico por vício de iniciativa. De fato, a matéria discutida é postura pública e acesso de animais domésticos e, in caso, afeta a iniciativa parlamentar.

Os Tribunais Pátrios, em decisão bastante recente, pacificaram o entendimento de que o PL não tratando de matérias exclusivas, leis orçamentárias e tributárias benéficas, devem ser analisados sob a ótica a competência comum, até porque a interpretação das normas exclusivas deve ser feita da forma mais restritiva possível.



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI Nº 13.882, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO QUE DISPÕE SOBRE A POSTURA MUNICIPAL EM PARQUES PÚBLICOS, AUTORIZANDO A ENTRADA DE ANIMAIS COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES AÇÃO IMPROCEDENTE

Direta de Inconstitucionalidade: 2228138-03.2016.8.26.0000

Autor: Prefeito do Município de Ribeirão Preto

Réu: Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Portanto, inexistente mácula legal a impedir o devido trâmite legislativo da matéria em esboço. Estão salvaguardadas as questões de iniciativa e o princípio basilar da separação dos poderes.

1. CONCLUSÃO

Com essas considerações, conclui-se pela **conveniência da aprovação** ao projeto de lei 7.557/2017, por não serem observados vícios ou ilegalidades insanáveis.

É o parecer *sub censura*, de **caráter opinativo e não vinculante**.

Caruaru, 04 de setembro de 2017.

Anderson Melo